

# UMA LEITURA “AMBIENTAL” DE TRÊS TESES UNIVERSITÁRIAS DE HISTÓRIA ECONÔMICA

AN “ENVIRONMENTAL” READING OF THREE ACADEMIC’S ECONOMIC HISTORY’S THESES

**Otávio Erbereli Júnior**

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/ASSIS

**Correspondência:**

Programa de Pós-Graduação em História

Av. Dom Antonio, 2100 - Parque Universitário – CEP 19.806-900 - Assis, SP

E-mail: [orberelijr@gmail.com](mailto:orberelijr@gmail.com)

**Resumo:** tendo por ponto de partida a Historiografia Ambiental estadunidense, nosso objetivo aqui é empreender uma leitura de três teses universitárias de História Econômica a partir das preocupações da História Ambiental, ou seja, como os elementos da estrutura econômico-social se relacionam com os elementos ambientais e vice-versa, bem como explicitar possíveis caminhos de diálogo entre a História Econômica e a História Ambiental.

**Palavras-chave:** História Ambiental; História Ambiental estadunidense; História Econômica.

**Abstract:** starting from US’s Environmental History, our purpose here is to endeavor a reading of three Economic History’s theses from the main concerns of Environmental History, that is, how the elements of economic and social structure are related to environmental elements and vice-versa, and explain possible ways of dialogue between Economic History and Environmental History.

**Keywords:** Environmental History; US’s Environmental History; Economic History.

*Atualmente, a verdadeira identidade da história econômica está ameaçada por uma proposta de controle de um empreendimento jovem, mas ambicioso: a história do meio ambiente, às vezes conhecida como eco-história<sup>1</sup>*

## Introdução

Ao longo do artigo, procuraremos refletir acerca das principais inquietações que surgiram em nossas discussões durante a experiência didática do curso. Este teve um caráter bastante interativo, dado o número reduzido de alunos da turma – um montante de 8 – e o incentivo dos docentes em promover o diálogo entre todos os seus participantes. Desta forma, teremos como pano de fundo as seguintes questões: *O que é História Ambiental? O que diferencia a História Ambiental dos outros campos do saber histórico? O que deve estar presente em um trabalho historiográfico para que o mesmo possa ser qualificado como pertencente ao campo da História Ambiental?* e, finalmente, *Para que serve a História Ambiental?*

Além desta introdução, na segunda parte, após situarmos o surgimento da História Ambiental nos EUA, empreenderemos uma História da História Ambiental a partir das considerações do campo engendradas pelos autores estudados em nosso curso – Donald Worster, William Cronon e John McNeill – dentre outros relevantes.

Na terceira parte, procuraremos indicar alguns possíveis caminhos na tentativa de estabelecer um diálogo entre a História Ambiental e a História Econômica, partindo de três fontes da História Econômica que utilizamos em nosso trabalho de mestrado: a tese para a cátedra de História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil de Alice Piffer Canabrava, defendida na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP em 1951, intitulada *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*; a tese de doutoramento de José Roberto do Amaral Lapa, intitulada *A Bahia e a Carreira da Índia*, defendida em 1966 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília; e a tese de doutoramento de José Jobson de Andrade Arruda, intitulada *O Brasil no Comércio Colonial*, defendida em 1972 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

Por fim, refletiremos acerca das considerações ambientais em estudos de História Econômica, bem como acerca de estudos em História Ambiental que tenham como fonte primordial de diálogo a História Econômica. Ademais, intentaremos fornecer algumas possíveis respostas às nossas indagações de fundo, presentes ao longo deste artigo.

---

<sup>1</sup> BURKE, Peter. Abertura: a nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 8.

## Uma História da História Ambiental nos EUA

A explicação mais comumente encontrada para o surgimento da História Ambiental nos EUA e Europa, provém do que Pádua<sup>2</sup> designou por “vozes da rua” e que para McNeill foi o mais forte estímulo ao surgimento da História Ambiental, ou seja, os movimentos ambientalistas dos anos 60 e 70 do século XX. Para este último, “the popular ecology movement of the late 1960s and 1970s was decisive in the emergence of environmental history as a self-conscious genre in Europe and North America (...)”<sup>3</sup>. Claro que os movimentos populares tiveram importante papel no surgimento da moderna Historiografia Ambiental. Contudo, queremos buscar as raízes propriamente historiográficas da moderna História Ambiental.

Uma fonte comum de inspiração para a História Ambiental escrita nos EUA são os trabalhos de Frederick Jackson Turner, principalmente seu *The Significance of the Frontier in American History* e *The Great Plains* de Walter Prescott Webb. Estes dois trabalhos estão inseridos na tradição historiográfica estadunidense que trata da História do Oeste. Outra reconhecida fonte de inspiração é o trabalho de ecologia histórica das Grandes Planícies de James Malin. Para Richard White, “Malin is a likely founder of modern environmental history (...)” e “After Malin, direct examination of the historical relationship between society and the natural environment languished”<sup>4</sup>.

Outra fonte muito mencionada de inspiração, do ponto de vista historiográfico, que aparece em vários textos, como os de Worster<sup>5</sup>, Cronon<sup>6</sup>, McNeill<sup>7</sup>, Pádua<sup>8</sup> e Martinez<sup>9</sup>, é a Escola dos *Annales*. Sabemos o quanto a Escola dos *Annales* valorizou e realizou a interdisciplinaridade, sendo esta também uma das marcas da História Ambiental em seu diálogo com a Geografia e as Ciências Naturais. Conforme demarca Martinez, nos

---

<sup>2</sup> PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 68, n. 24, 2010.

<sup>3</sup> MCNEILL, John. Observations on the Nature and Culture of Environmental History. *History and Theory*, v. 42, n. 4, 2003, p. 15. Este é o único texto que tivemos acesso, em que o autor não se restringe apenas à Historiografia Ambiental sobre os EUA e/ou produzida por historiadores estadunidenses, mas seu escopo de análise toma um caráter internacional. Ademais, é somente neste texto que encontramos referências ao importante historiador brasileiro Warren Dean.

<sup>4</sup> WHITE, Richard. Environmental History: The Development of a New Historical Field, *Pacific Historical Review*, n. 54, 1985, p. 297.

<sup>5</sup> WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.

<sup>6</sup> CRONON, William. The Uses of Environmental History. *Environmental History Review*, v. 17, n. 3, 1993.

<sup>7</sup> MACNEILL, John, *op. cit.*

<sup>8</sup> PÁDUA, José Augusto, *op. cit.*

<sup>9</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental: um olhar prospectivo. *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v. 24, n. 1, 2011.

(...) *Annales*, a presença da história e da paisagem rural, desde a década de 1920, impôs a pesquisa e a reflexão sobre as relações sociais e as condições de existência humana de forma estreitamente vinculadas aos estudos da geografia, fomentando o surgimento de um ponto de convergência de interesses dessas disciplinas na geografia histórica e na geohistória<sup>10</sup>.

A principal referência é ao número especial da revista dos *Annales* de 1974, dedicada à *Histoire et environnement* com prefácio de Emmanuel Le Roy Ladurie<sup>11</sup>. Contudo, já em 1970, Ladurie publicou nos *Annales* um artigo intitulado *Por une histoire de l'environnement: la part du climat*<sup>12</sup>. A partir dos dados coletados por dois importantes climatologistas, Hans Von Rudloff e H. H. Lamb, Ladurie empreende uma História do Clima na Europa, desde o século XVII até o século XX. Fica claro ao longo do texto, que a História Ambiental na França sempre esteve bastante preocupada com o clima, procurando explicar como este influenciava nas colheitas e, conseqüentemente, nos preços dos cereais, conduzindo, ou não, a grandes períodos de fome. Temos aqui um proficuo caminho que leva da História do Clima à História Social. Também a História do Clima pode servir de subsídio à História Política: “Les difficultés de subsistances, consécutives à la décennie des étés froids et pluvieux et des mauvaises récoltes de 1765-1775, sont l’une des causes de l’échec de la politique frumentaire de Turgot”<sup>13</sup>. Variações climáticas podem explicar a derrocada de algumas políticas de governo. Contudo, neste artigo, a principal contribuição de Ladurie parece ser quanto a possíveis temáticas para a História Ambiental, como por exemplo, a partir da erupção do vulcão de Krakatoa em 1883 e suas implicações com poluições atmosféricas, pensar em uma História das erupções vulcânicas<sup>14</sup>.

Contudo, o *start* dos *Annales* na seara da História Ambiental deve ser matizado, pois seu alcance e duração foram extremamente limitados. McNeill<sup>15</sup> faz duas críticas muito bem qualificadas neste tocante. A maioria dos historiadores dos *Annales* não enxergava a mudança no ambiente. Até mesmo Braudel concebia a natureza como força imutável, sua famosa *l’histoire immobile*. Ladurie, sim, considerou a mudança ambiental em seus dois livros iniciados ainda nos anos 50: *Les paysans de Languedoc* e *Histoire de climat depuis l’an mil*. Depois da publicação do número de 1974, os *Annales* não publicaram nada que pudesse ser chamado de História Ambiental até 1980. E, “according to its own subject index, it printed four articles in environmental history

---

<sup>10</sup> Idem, p. 26.

<sup>11</sup> WORSTER, Donald, *op. cit.*, p. 200.

<sup>12</sup> Sem mencionarmos o fato de que em 1969 os *Annales* publicaram um número especial, intitulado *Histoire biologique et société*.

<sup>13</sup> LADURIE, Emmanuel Le Roy. Pour une histoire de l’environnement: la part du climat. *Annales*. Économie, Société, Civilisations, Paris, 25e année, n. 5, 1970, p. 1462.

<sup>14</sup> Idem, p. 1463. Voltaremos à questão das temáticas da História Ambiental mais a frente.

<sup>15</sup> MCNEILL, John, *op. cit.*

between 1989 and 1998 and none since”<sup>16</sup>. Ou seja, os *Annales* publicaram apenas quatro artigos de História Ambiental entre 1989 e 1998 e nenhum de 1998 até 2003.

Como estamos na seara da interdisciplinaridade, tão cara à História Ambiental, não podemos deixar de mencionar a contribuição da Geografia Histórica como uma possível precursora da História Ambiental. McNeill é o único autor que tivemos contato que atribuí, dentre outros fatores, o enfraquecimento nos EUA da Geografia Histórica, como ingrediente favorável ao surgimento da História Ambiental naquele país. Para ele, “the emergence of environmental history in the U.S. may be due in part to the weakness of historical geography there”<sup>17</sup>. Talvez, a História Ambiental nos EUA seja uma herdeira da Geografia Histórica. Juntamente com a Ecologia Histórica, constituem as fronteiras mais tênues da História Ambiental, ainda segundo McNeill. Em artigo escrito em 1985 para a *Pacific Historical Review*, Richard White realiza monumental balanço historiográfico acerca da produção em História Ambiental nos EUA, abarcando toda a Historiografia Ambiental produzida desde inícios dos anos 70 do século XX. Em certa altura do extenso artigo, ao mencionar a longa ausência dos historiadores em estudos ambientais, afirma que a temática foi muito bem tratada pelos geógrafos históricos. “From Carl Sauer through Andrew Hill Clark to Donald Meinig, the influence of humans on the landscape had remained a central concern of historical geography”<sup>18</sup>. É exatamente sobre a geografia histórico-cultural de Sauer como precursora da História Ambiental que trata o artigo de Mathewson e Seemann, publicado no periódico *Varia Historia*. Por sua leitura, fica claro o pioneirismo de Carl Sauer e de seus seguidores e colaboradores que se formaram em torno da Escola de Berkeley. Temáticas que seriam caras à História Ambiental, já tinham sido abordadas por Sauer.

Em 1938, Sauer publicou dois artigos que acusaram a contribuição do colonialismo europeu para a destruição ambiental das terras no Novo Mundo e que antecederam as discussões nas décadas subseqüentes. Diante da industrialização e da crescente modernização na agricultura que causaram impactos sérios ao meio ambiente, Sauer começou a dedicar mais tempo a um tema que o ocupava no início de sua carreira: o ser humano como agente transformador da superfície da Terra<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> MCNEILL, John, *op. cit.*, p. 12.

<sup>17</sup> Idem, p. 9.

<sup>18</sup> WHITE, Richard, *op. cit.*, p. 320.

<sup>19</sup> MATHEWSON, Kent; SEEMANN, Jörn. A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley – um precursor ao surgimento da História Ambiental. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, 2008, pp. 78-79.

Estes temas, conforme veremos adiante, seriam privilegiados pela História Ambiental após os anos 70 do século passado: a destruição trazida pelos europeus e os impactos da capitalização da agricultura sobre o meio ambiente.

Conforme citamos acima, o artigo de Richard White de 1985, em um só golpe empreende um balanço historiográfico da produção em História Ambiental nos EUA, considerando artigos publicados após 1972. Interessante que em 2001, quando convidado a empreender novo balanço, White reconhece que o campo assistiu a um grande crescimento e que não mais conseguiria realizar um balanço como o fizera anteriormente, utilizando-se apenas de um verão para tal intento. Agora, em suas palavras, “the field has grown too big”<sup>20</sup>. Este crescimento do campo pode também ser constatado através da inserção institucional da História Ambiental. Conforme dados expostos por McNeill, a *American Society for Environmental History*, fundada em 1976 por um pequeno número de historiadores, já em 2003 possuía mais de 1.000 membros<sup>21</sup>. Em relação a periódicos do campo, existem dois em inglês dedicados especificamente à História Ambiental: *Environmental History*, fundado em 1976 juntamente com a *American Society for Environmental History*, dedica-se primordialmente à divulgação de estudos de História Ambiental promovidos por historiadores estadunidenses; e *Environment and History*, fundado em 1995 na Inglaterra. Outro periódico que não é propriamente de História Ambiental, mas onde esta sempre esteve presente de modo consistente é o *Pacific Historical Review*. Por fim, desde o surgimento da História Ambiental nos anos 70 do século XX, tivemos a criação de cadeiras específicas de História Ambiental na graduação e pós-graduação.

Diante de indubitável crescimento, faz-se *mister* utilizarmos de alguma sistematização à fim de que possamos organizar nossa exposição acerca dos principais trabalhos e temáticas desenvolvidas no âmbito da História Ambiental estadunidense. Para tanto, faremos uso do famigerado modelo dos 3 níveis de Donald Worster e Arthur McEvoy. Apesar de dificilmente ser considerado como teoria pelos colegas das Ciências Sociais como um todo, e de receber fortes críticas, do ponto de vista expositivo nos será extremamente útil<sup>22</sup>. Segundo a formulação de Donald Worster,

Há três níveis em que a nova história funciona, três conjuntos de questões que ela enfrenta (embora não necessariamente na mesma

---

<sup>20</sup> WHITE, Richard. Afterword Environmental History: Watching a Historical Field Mature. *Pacific Historical Review*, n. 70, 2001, p. 103.

<sup>21</sup> MCNEILL, John, *op. cit.*, p. 11.

<sup>22</sup> Para McNeill, por exemplo, em sua grande maioria, quando os historiadores ambientais tentam elaborar alguma teoria, “their efforts tend, perhaps necessarily, to be ahistorical formulas aiming to describe the character of nature/society relationships.” MCNEILL, John, *op. cit.*, p. 37. Sobre o modelo de Worster e McEvoy, a avaliação de McNeill é extremamente positiva: “The most cogent was probably the one elaborated in slightly different versions by both Donald Worster and Arthur McEvoy, in which nature itself, the economy, and human ideas and images of nature form the three building blocks of environmental history.”

pesquisa), três grupos de perguntas que ela procura responder, cada um deles exigindo contribuições de outras disciplinas e aplicando métodos especiais de análise. O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; incluímos aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano (...). O segundo nível (...) introduz o domínio sócio-econômico na medida em que este interage com o ambiente. Por fim, formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza<sup>23</sup>.

Conforme expusemos acima, em relação ao grande caráter interdisciplinar da História Ambiental, Worster demarca que cada nível de análise da História Ambiental dialoga com outras disciplinas. Em relação a nosso intento, ficará claro no próximo item, que a História Econômica tem muito a dizer e contribuir acerca do segundo nível de análise do modelo de Worster.

Trabalhos inseridos no terceiro nível de análise são os mais presentes na historiografia ambiental estadunidense. Inclusive, para alguns, como Richard White, tal estado de coisas parece ter relação com o fato de que, para ele, “the genesis of environmental history in the late 1960s arose out of political and intellectual history”<sup>24</sup>. E aqui temos outro viés de análise acerca do surgimento da História Ambiental: a partir da História Política e da História Intelectual. White enfatiza dois trabalhos que teriam sido fundamentais para que a História Ambiental tomasse forma: o trabalho de Samuel Hays *Conservation and the Gospel of Efficiency*, de 1959; e *Wilderness and the American Mind* de Roderick Nash, publicado em 1967. A preocupação de Hays não é propriamente com a conservação, mas sim com o que ele chama de *Progressive movement*. Ele identifica o conservacionismo como a maior estrutura política da *Progressive era*<sup>25</sup>. Quanto ao trabalho de Nash, encontra-se na mesma linhagem dos trabalhos de Henry Nash Smith – *Virgin Land* – e Leo Marx – *The Machine in the Garden*. Ambos procuraram utilizar-se das concepções estadunidenses de natureza para interpretar a cultura daquele país. A originalidade do trabalho de Roderick Nash está no fato de preocupar-se mais com a natureza intocada (*wilderness*) do que com a paisagem rural ou meio rural, bem como sua atenção para com aqueles que viram um valor positivo nesta natureza intocada e procuraram preservá-la. Desta forma, ao resgatar a importância destes trabalhos, Richard White está preocupado em elucidar as influências do ambientalismo nos trabalhos de História Ambiental.

<sup>23</sup> WORSTER, Donald, *op. cit.*, pp. 201-202.

<sup>24</sup> WHITE, Richard, *op. cit.*, 1985, p. 298.

<sup>25</sup> “Conservationists were trained experts concerned with the efficient, scientific development of the country. Nature to them was a collection of resources to be rationally exploited”. WHITE, Richard, *op. cit.*, 1985, pp. 298-299.

Trough Nash, and those authors who followed his lead, environmental history as a self-proclaimed new Field emerged on the academic scene deeply involved with, if not married to, modern environmentalism. Environmental history thus initially represented largely the political and intellectual history of the environmental movement and its predecessor, the conservation movement<sup>26</sup>.

Em seus primórdios, portanto, a História Ambiental pode ser tomada como a História Política e Intelectual do movimento ambientalista e de seu predecessor, o conservacionismo. Para White, os trabalhos do historiador James Malin, que enfatizava as influências recíprocas do meio ambiente e da mudança social, desapareceram temporariamente<sup>27</sup>, em função da influência hegemônica que tomaram os trabalhos de Hays e Nash sobre a Historiografia Ambiental estadunidense, marcando um período em que a principal preocupação era com o terceiro nível de análise do modelo de Donald Worster, conforme expusemos acima.

Os trabalhos de Roderick Nash impulsionaram o surgimento de uma temática “clássica” da Historiografia Ambiental estadunidense: a natureza intocada (a *wilderness*). Nash é o autor do primeiro balanço de Historiografia Ambiental estadunidense. Neste artigo, intitulado *American Environmental History: A New Teaching Frontier*, publicado em 1972 na *Pacific Historical Review*, Nash relata a experiência de ter oferecido a primeira disciplina de História Ambiental estadunidense, na primavera de 1970. Nash decidiu adotar uma abordagem ampla, e dialogar com perspectivas provenientes da Antropologia, Teologia e Psicologia. Nele encontramos uma concepção de História Ambiental: “Environmental history would refer to the past contact of man with his total habitat”<sup>28</sup>. Para ele, a História Ambiental também poderia ser tomada como um tipo de “História vista de baixo”, dialogando com os trabalhos da *New Left Review*. Contudo, “(...) here the exploited element would be the biota and the land itself”<sup>29</sup>. Após demarcar que não pretende fazer uma História Ambiental da terra à moda dos geólogos, deixa claro o tipo de História Ambiental à qual se dedica: “I would, rather, attempt a history of attitude and action toward the land. This would involve a description of environmental change, but my interest in it would be as evidence of man’s values, ideals, ambitions, and fears”<sup>30</sup>. Fica claro que o tipo de História Ambiental empreendido por Roderick Nash é uma História Ambiental das atitudes e valores do ser humano diante da natureza em sua totalidade, não excluindo a perspectiva da exploração e o forte diálogo interdisciplinar.

---

<sup>26</sup> Idem, pp. 298-300.

<sup>27</sup> James Malin rejeitou o determinismo ecológico de Turner e Webb, propondo uma análise ecológica que expressa a relação complexa e interdependente entre as instituições sociais humanas e a natureza.

<sup>28</sup> NASH, Roderick. The state of environmental history: a new teaching frontier. *Pacific Historical Review*, v. 41, n. 3, 1972, p. 363.

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> Idem.



Para Richard White, a temática da *wilderness* na Historiografia Ambiental estadunidense, atingiu um patamar de mito na sociedade norte americana, assim como a paisagem rural para os franceses. “Wilderness has become the highway to the American psyche most favored by intellectual historians (...) wilderness has become the mythic core of the American experience”<sup>31</sup>. Esta temática é a mais persistente e polêmica da História Ambiental estadunidense, posto que

the long and deep concern of environmental history with questions of wildness and wilderness and their relation to environmental policy, for example, may no longer loom so large in sheer bulk, but any questioning of wilderness still seems to stir the hive more quickly than any other issue imaginable<sup>32</sup>.

Esta temática conduziu, segundo William Cronon, a uma visão dualista por parte dos movimentos ambientalistas que ajudaram a impulsionar a História Ambiental, e, paradoxalmente, até mesmo a uma postura a-histórica.

According to the standard terms of this dualism, nature is assumed to be stable, balanced, homeostatic, self-healing, purifying, and benign, while modern humanity, in contrast, is assumed to be environmentally unstable, unbalanced, disequilibrating, self-wounding, corrupting, and malign<sup>33</sup>.

Esta visão de natureza, apartada das intervenções do ser humano pode conduzir a um distanciamento entre homem e natureza, onde as únicas mudanças aceitáveis seriam no longo prazo, como o movimento das placas tectônicas, por exemplo. Este é o principal intento de William Cronon em seu livro intitulado *Changes in the land*: demonstrar que viver como seres humanos neste planeta implica mudar o mundo a nossa volta. Esta visão traz, implicitamente, o que ele compreende por História Ambiental: “Environmental history tries to reconstruct the endless layers of change that we and the earth have traced upon each other”<sup>34</sup>. Para Cronon, não existe a possibilidade de se viver fora da natureza, existe apenas pessoas que pensam viver fora dela.

Esta temática da *wilderness* conduziu a outras: notadamente a das atitudes dos primeiros habitantes da América diante da natureza e as transformações do meio ambiente estadunidense devido ao contato com os europeus. Há uma forte tendência em se colocar o índio estadunidense como ecologista e que sua forma de conviver com a

---

<sup>31</sup> WHITE, Richard, *op. cit.*, 1985, p. 304.

<sup>32</sup> WHITE, Richard, *op. cit.*, 2001, p. 104.

<sup>33</sup> CRONON, William, *op. cit.*, p. 10.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 19.

natureza deveria ser seguida contemporaneamente. O principal trabalho neste sentido é o de J. Donald Huges, intitulado *American Indian Ecology*. Richard White aponta a fraqueza deste tipo de trabalho: “The problem with such a position is that it at times comes perilously close to a noble savagism more concerned with a critique of American society than with any critical understanding of Indian people’s conception of or influence on the environment”<sup>35</sup>. Estes estudos geralmente cometem forte anacronismo, pois como pontua Calvin Martin, em seu trabalho intitulado *Keepers of the Game*, “(...) Indian actions cannot be divorced from their own cultural context”<sup>36</sup>.

Em relação à temática do impacto da colonização no meio ambiente estadunidense, Alfred Crosby com seu *Columbian Exchange*, foi pioneiro em vários aspectos: explicitar de modo claro as influências recíprocas entre os sistemas social e natural; as conseqüências ambientais do contato entre europeus, africanos e índios americanos e abordar não somente o meio ambiente estadunidense, mas atender ao apelo de internacionalização da História Ambiental ao abordar outras regiões geográficas que não somente os EUA. A ênfase de Crosby está na “dramatic depopulation of Indian America from European diseases to which Indian peoples had no resistance and the spread of previously localized plants and animals all over the world”<sup>37</sup>. Mesmo com a complexidade do estudo de Crosby e sua abrangência, Richard White (1985) aponta que seu livro é “too biological. The social and cultural context of contact was too sketchy”<sup>38</sup>. Com os estudos de Crosby, a perspectiva de James Malin é retomada, no sentido de que não apenas a atenção está voltada para as representações do homem em relação à natureza, mas sim das relações recíprocas entre sociedade e natureza, sendo um estudo que poderíamos colocar na confluência entre o primeiro e o segundo níveis do modelo de Worster.

Outro tema ligado à *wilderness* estadunidense é o dos parques nacionais. A questão central no estudo dos parques nacionais é a de explicitar e investigar porque eles foram criados e para que servem. O trabalho mais influente e controverso nesta temática é o de Alfred Runte, um estudioso dos trabalhos de Roderick Nash. Para Runte, o Congresso estadunidense durante o século XIX e boa parte do XX, protegeu somente terras de baixo valor econômico no sistema de parques. Esta tese do baixo valor econômico das terras que foram transformadas em parques nacionais foi motivo de grande celeuma. Porém, segundo White, esta crítica deve ser colocada na perspectiva de que o argumento de Runte parte de um contexto cultural mais amplo, onde aqueles que advogavam à favor da criação dos parques, utilizavam-se do argumento do baixo valor econômico da terra, exatamente para justificar a criação deles. Con-

---

<sup>35</sup> WHITE, Richard, *op. cit.*, 1985, p. 315.

<sup>36</sup> MARTIN, Calvin *apud* WHITE, Richard, *op. cit.*, 1985, p. 315. Um estudo que coloca as práticas e crenças indígenas em seu contexto cultural é o de Adrian Tanner, intitulado *Bringing Home Animals*. Contudo, de acordo com George Cornell, Ernest Thompson e George Grinnell, a cultura indígena em muitos aspectos foi incorporada pelos primeiros movimentos conservacionistas.

<sup>37</sup> Idem, p. 323.

<sup>38</sup> Idem.

tudo, não podemos tomar o estudo de Runte como um modelo teórico a ser seguido. “Runte’s explanation for early national parks does not necessarily apply to all parklands or to all periods”<sup>39</sup>. Ou seja, a contribuição de Runte deve ser historicizada<sup>40</sup>.

Ainda segundo Richard White, a obra *Dust Bowl* de Donald Worster é um estudo em que Malin foi pioneiro: “interdisciplinary and concerned with the reciprocal influences of nature and society”<sup>41</sup>. Donald Worster é tido como um dos mais importantes e influentes historiadores ambientais contemporâneos. Seu *Dust Bowl* traz consigo outra temática muito presente na Historiografia Ambiental estadunidense: a ascensão do capitalismo e, com ele, da economia mundial e de seu impacto sobre o meio ambiente. “Worster’s *Dust Bowl* [sic] marked the full reemergence of studies by historians who examined the relationship between social and environmental change”<sup>42</sup>. Juntamente com William Cronon, Donald Worster enfatiza o papel do capitalismo e da economia mundial nas mudanças ambientais. Contudo, não podemos afirmar que seus estudos padeçam de certo determinismo econômico, uma vez que sua compreensão de capitalismo vai para além de compreendê-lo meramente enquanto um sistema econômico, mas, sim como um sistema cultural. É o que podemos encontrar no *Dust Bowl* de Worster e no *Changes in the Land* de William Cronon.

Geralmente, na maioria da Historiografia Ambiental estadunidense, a relação entre a organização econômica – o capitalismo – e a mudança ambiental aparece de modo implícito. “This is particularly true in the studies of water which form a thriving segment of current environmental history”<sup>43</sup>. Dentre os vários estudos acerca da questão da água presentes na História Ambiental estadunidense, queremos destacar aqueles relacionados com o Oeste americano, onde a importância da água supera a da terra. Os estudos que abordam esta temática são de grande monta, contudo, queremos destacar aqui dois dentre eles: o *Rivers of Empire* de Donald Worster, publicado em 1985 – o terceiro livro mais importante de Donald Worster – e *Nature’s Metropolis* de William Cronon, publicado em 1991. A questão central deste livro de Worster é compreender como em um meio ambiente extremamente árido, conseguiu-se erigir uma sociedade com tanta abundância. A chave para a resposta está na questão do controle da água. Tal sociedade – aqui entra a implicação política da análise de Worster – somente pôde ser construída a partir do financiamento dispendioso de toda uma nação à fim de sustentar ambiciosos exercícios hidráulicos. A conclusão de

---

<sup>39</sup> WHITE, Richard, *op. cit.*, 1985, p. 309.

<sup>40</sup> O trabalho de Susan Schrepfer *The Fight to Save the Redwoods* e de Robert Righter *Crucible for Conservation*, corroboraram as teses de Runte, demonstrando a emergência das preocupações ecológicas e como as pressões por desenvolvimento alteraram os planos para a coerência ecológica dos parques nacionais.

<sup>41</sup> Idem, p. 319.

<sup>42</sup> Idem, p. 320.

<sup>43</sup> Idem, p. 326.

Worster é que “o recurso natural água foi, portanto, técnica e politicamente manipulado para produzir uma agricultura altamente capitalizada, a custos sociais e ambientais altamente regressivos”<sup>44</sup>.

Quanto ao livro de Cronon, *Nature's Metropolis*, temos uma História Ambiental da constituição de Chicago enquanto uma grande metrópole do Oeste estadunidense. Ademais, este livro traz uma particularidade e um subsídio para pensar outra questão teórica em História Ambiental: a apropriação do instrumental analítico marxista em estudos ambientais. Particularmente no capítulo 4 do livro, intitulado *The Wealth of Nature: Lumber*, Cronon tenta utilizar a teoria do valor-trabalho de Marx para explicar a acumulação de capital que acompanhou o crescimento de Chicago. Segundo o constructo de Cronon, o valor das *commodities* de Chicago provém primeiramente da natureza. Esta, através de seus mecanismos bioquímicos intrínsecos, como a transformação de energia solar em carboidratos, constitui-se em primeiro elemento a ser explorado e não o trabalho humano, conforme havia sido preconizado por Marx. Portanto, antes mesmo da geração de valor pelo trabalho humano aplicado a natureza, estaria a natureza em si mesma sendo explorada, graças à grande fertilidade do solo e das florestas de Chicago. Para ele, as relações de produção dependem diretamente das relações ecológicas de consumo, deslocando o eixo de análise da esfera da produção para o consumo, pois nas *free lands*, onde Chicago está localizada, o grande fator de atração foi que o homem poderia transformar a riqueza da natureza em capital empregando uma menor quantidade de trabalho humano do que em qualquer outro lugar. Seria esta uma “subversão” da teoria do valor-trabalho de Marx e o surgimento de um tipo de “marxismo verde” ou também uma inspiração a partir do pensamento da Escola dos Fisiocratas, que concebiam a terra como a principal responsável pela geração de valor<sup>45</sup>? Não sabemos, pois Cronon não vai mais adiante neste sentido em seu livro, sendo apenas uma questão *en passant*<sup>46</sup>.

Outra temática importante é a História Ambiental Urbana. Em seu balanço de 2001, Richard White faz uma *mea culpa*, no sentido de que em seu balanço anterior, de 1985, esqueceu-se de citar os trabalhos de Joel Tarr, fundamentais à História Ambiental Urbana, principalmente relacionada à poluição. “His scholarship has been fundamental to urban environmental history, which is now arguably the most flourishing part of environmental history”<sup>47</sup>. Portanto, em 2001, a História Ambiental Urbana era

<sup>44</sup> DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 188.

<sup>45</sup> Dentre os três fatores de produção, terra, capital e trabalho, a escola fisiocrática concebia que o excedente econômico provinha somente da terra. Ver: KUNTZ, Rolf. *Capitalismo e natureza: ensaio sobre os fundadores da economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>46</sup> Dois textos podem ser inspiradores no sentido de pensarmos uma História Ambiental a partir de Marx: MARTINEZ, Paulo Henrique. O sentido da devastação: para uma História Ambiental no Brasil. *Esboços*. Florianópolis: UFSC, n. 13, pp. 72-83, 2005 e ALMEIDA, Jozimar Paes de. História Ambiental: constituindo um campo de estudos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, pp. 1-11, 2011.

<sup>47</sup> WHITE, Richard, *op. cit.*, 2001, p. 103.

considerada a mais pujante variedade de História Ambiental. Contudo, McNeill pontua que já nos anos 80 do século passado, a História Ambiental Urbana era alvo de grande atenção por parte dos historiadores europeus, principalmente em temáticas relacionadas também à poluição: “In the 1980s pollution issues galvanized European environmental historians”<sup>48</sup>. Existe grande sinergia entre esta temática e a temática que expusemos acima, acerca dos impactos do desenvolvimento capitalista sobre o meio ambiente, no sentido de se pensar o impacto ambiental da industrialização de grandes centros urbanos. Aqui podemos apontar uma clara interface entre a História Econômica, por meio de estudos ligados ao desenvolvimento industrial, e a História Ambiental, através do que os economistas chamam de externalidades negativas<sup>49</sup>.

Podíamos comentar acerca de tantas outras temáticas caras à Historiografia Ambiental estadunidense, mas preferimos aqui evitar a exaustão e apenas pontuar a existência de outras temáticas. Além das temáticas já comentadas acima, como as que derivam da *wilderness* – as atitudes dos indígenas estadunidenses diante da natureza; o impacto do contato com os europeus no meio ambiente; os parques nacionais; os estudos acerca do impacto do capitalismo e da economia mundial sobre o meio ambiente; os estudos sobre o controle da água que estão intimamente ligados ao anterior; os estudos em História Ambiental Urbana – podemos apontar outras: o estudo dos impactos da poluição sobre a saúde pública, em sinergia com estudos sobre doenças causadas pela poluição – História das doenças; estudos sobre inseticidas, que podem também ser pensados no sentido de como o uso de agrotóxicos impactam sobre a alimentação e, conseqüentemente, sobre a saúde; não poderíamos deixar também de citar aqui os criativos estudos de Stephen Pyne<sup>50</sup> sobre o fogo, demonstrando de modo brilhante o complexo jogo entre forças naturais e forças culturais, podendo também ser tomado como um estudo de História Cultural que tem o fogo como objeto; estudos sobre florestas e os impactos ambientais de sua destruição etc.

Mas, para além das principais temáticas abordadas pela Historiografia Ambiental estadunidense, que demonstra as amplas possibilidades do campo, queremos aqui explicitar também temáticas pouco abordadas, bem como temáticas surgidas a partir da leitura dos textos supracitados. No já mencionado texto de McNeill, em que também encontramos o que é a História Ambiental para este autor – “My preferred description of the genre [i. e. da História Ambiental] is: the history of the mutual relations between humankind and the rest of nature”<sup>51</sup> – temos a enumeração de

<sup>48</sup> MCNEILL, John, *op. cit.*, p. 19.

<sup>49</sup> Externalidades são efeitos “colaterais” do consumo ou da produção que não conseguem ser internalizados pela empresa. A poluição, por exemplo, é uma externalidade negativa decorrente de determinados sistemas de produção. Atualmente, as empresas podem fazer frente a estas externalidades, e não serem punidas, através da compra de créditos de carbono, que lhes dão o direito de poluir acima do estabelecido pela legislação ambiental de cada país. Ver: VARIAN, Hal. *Microeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

<sup>50</sup> PYNE, Stephen J. *Fire in America: A Cultural History of Wildland and Rural Fire*. New Jersey: Princeton University Press, 1982.

<sup>51</sup> MCNEILL, John, *op. cit.*, p. 6.

algumas temáticas que, segundo o autor, têm recebido pouca atenção dos historiadores ambientais. A História dos solos: o foco tem sido a erosão dos solos, mas não os solos em si mesmos; ligada à História dos solos, também a História da mineração e de seus impactos ambientais – esta temática também poderia ser pensada para a realidade brasileira, principalmente no contexto de Minas Gerais dos séculos XVII e XVIII; os efeitos da migração humana: os estudos de Crosby abordaram com maestria vários aspectos dos impactos ambientais causados tanto pela migração humana, quanto de plantas e doenças, porém falta avançar em relação aos impactos ambientais da transplantação das práticas agrícolas; a História Ambiental, segundo McNeill, tem mantido um viés predominantemente terrestre: ecossistemas aquáticos têm recebido atenção bastante escassa e dentro desta temática, os rios<sup>52</sup> têm recebido mais atenção *vis a vis* lagos e oceanos<sup>53</sup>.

Quanto a novas temáticas, o texto supramencionado de Ladurie – destarte o fato de ter sido escrito em 1970 – traz uma série de sugestões de novos temas para a História Ambiental que, segundo os textos que tivemos acesso, ainda não foram abordados: podemos pensar em uma História das erupções vulcânicas e de como a poluição atmosférica é afetada por elas e também como causa de flutuações negativas e momentâneas de elementos térmicos do clima; uma História das estações climáticas: desdobrando-se em histórias da primavera, do verão, do outono e do inverno – como as estações do ano, por exemplo, tem sido percebidas ao longo do tempo em uma determinada região, ou como as temperaturas médias destas estações tem variado e alterado hábitos cotidianos ou mesmo da agricultura e de sua produtividade; uma História Ambiental das massas de ar. Estas temáticas poderiam gerar bons frutos para a História Ambiental e estabelecer um importante diálogo com os meteorologistas e climatologistas, e propiciar um treinamento mais técnico aos historiadores como um todo, e aos historiadores ambientais em particular.

Após termos explicitado o que é a História Ambiental para alguns dos mais importantes autores estadunidenses do campo e abordarmos as principais temáticas tratadas por esta Historiografia, bem como temáticas prospectivas, iremos, no item subsequente, abordar um pouco da Historiografia Ambiental brasileira e como a História Econômica pode conduzir a estudos de História Ambiental.

### **Há algo de “ambiental” nas três teses?**

Vimos que as origens historiográficas da História Ambiental estadunidense se vinculam à historiografia sobre o Oeste. No caso brasileiro, podemos nos remontar à

---

<sup>52</sup> Um bom exemplo acerca da temática dos rios: JORGE, Janes. *Tietê: o rio que a cidade perdeu*. São Paulo, 1890-1940. São Paulo: Alameda/FAPESP, 2006. Também exemplifica como a História Ambiental pode ser útil para pensar problemas contemporâneos como as enchentes dos grandes centros urbanos, em uma interface com a História Urbana.

<sup>53</sup> MCNEILL, John, *op. cit.*, pp. 41-42.

triade clássica das ciências sociais: Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Segundo Martinez, “Caio Prado Júnior foi enfático em sublinhar como traço permanente nas atividades econômicas, da colonização ao século XX, o caráter predatório e perdulário do aproveitamento das riquezas da terra, o desbaratamento de um capital”<sup>54</sup>. A tônica da obra de Caio Prado Júnior, portanto, em uma perspectiva ambiental, parece ser a da exploração capitalista da natureza, guardando grande interface com a História Econômica por meio da História da exploração colonial e do capitalismo no Brasil. Quanto a Sérgio Buarque de Holanda, este “observou que as relações com a natureza no Brasil estiveram marcadas por uma conduta de geração de ‘riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho’ [sic], caracterizada pela ausência de ‘vontade criadora’ [sic] do colonizador”<sup>55</sup>. Aqui também percebemos a tônica em relação ao caráter espoliativo do colonizador frente à natureza. Na perspectiva destas obras de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, notamos uma aproximação com uma das temáticas caras à Historiografia Ambiental estadunidense que expusemos acima: os impactos ambientais do contato com os colonizadores europeus e dos impactos do capitalismo sobre os recursos naturais. Neste sentido esta perspectiva poderia ser enquadrada no segundo nível de análise do modelo dos três níveis de Donald Worster.

Em relação à Gilberto Freyre, em sua obra *Nordeste*, escrita na década de 30 do século passado,

cujos quatro capítulos iniciais são verdadeiros ensaios de história ambiental. (...) Freyre mostra como as expectativas, os valores e os atos dos portugueses produziram efeitos predatórios no quadro natural do chamado Nordeste úmido. Examina as relações dos portugueses com os nativos, a terra, a flora, a fauna e a água, e produz um diagnóstico de destruição ambiental (...) <sup>56</sup>.

Apesar de Gilberto Freyre, não tratar propriamente da espoliação/apropriação capitalista dos recursos naturais, seu diagnóstico, à semelhança de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, é de destruição do meio ambiente.

Poderíamos citar ainda, o geógrafo Aziz Ab’Saber, os ensaístas Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Alberto Torres, e os historiadores Francisco Varnhagem e Capistrano de Abreu. Contudo, este espaço não nos propicia tal intento e se tornaria um tanto quanto exaustivo.

Após a constituição da História Ambiental enquanto campo historiográfico, que, como vimos, deu-se nos anos 70 do século passado, podemos citar os trabalhos de alguns pioneiros da História Ambiental brasileira, sendo os mais conhecidos: José

<sup>54</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. Brasil: desafios para uma História Ambiental. *Nômadias*, Bogotá, n. 22, 2005, p. 30.

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> DRUMMOND, José Augusto, *op. cit.*, p. 193.

Augusto Pádua, José Augusto Drummond<sup>57</sup> e Regina Horta Duarte<sup>58</sup>. José Augusto Pádua, por exemplo, influenciado por Warren Dean, em seu livro *Um Sopro de Destruição*, originalmente sua tese de doutoramento, procura desmistificar a tese de que o Brasil importou o debate da consciência crítica ambiental dos EUA e da Europa, pois leva-nos a descobrir no Brasil dos séculos XVIII e XIX, um pensamento crítico em relação ao meio ambiente, em pensadores como José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Nabuco, imortalizados por seu pensamento abolicionista, mas até aqui esquecidos por seus pensamentos de crítica ambiental<sup>59</sup>.

Neste nosso intento de uma leitura “ambiental” de três teses de História Econômica, podemos tomar por caso exemplar o do historiador brasileiro Warren Dean. Sem dúvida, Dean soube como nenhum outro, não transitar de uma História Econômica para uma História Ambiental, mas sim incorporar a natureza e o meio ambiente em seus estudos de História Econômica, bem como incorporar questões econômicas em seus estudos de História Ambiental.

Warren Dean escreveu sua dissertação de mestrado sobre a História Econômica de Cuba nos anos 30 do século XX, sob o título *Cuba in the Greatest Depression*. Sob a influência do economista alemão Alberto Hirschman, Dean interessou-se pelo tema do desenvolvimento econômico, tão caro ao período pós-II Guerra Mundial. Sua tese de doutorado, intitulada *São Paulo's industrial elite, 1890-1960*, versou sobre a industrialização de São Paulo e a formação de uma elite empresarial paulista, tendo como inspiração teórica os trabalhos do economista Joseph Schumpeter, fundamentais para estudos em economia industrial. Com a defesa de seu doutorado, é nomeado professor associado da Universidade de Austin no Texas. Deste seu período em Austin resulta seu estudo sobre a *plantation* em Rio Claro. Contudo, estafado do provincianismo de Austin, em 1970 decide se mudar para Nova York, e ingressa em importante centro de estudos latino-americanos, o *Center for Latin American and Caribbean Studies* da Universidade de Nova York<sup>60</sup>.

É neste momento que se iniciam as preocupações ambientais de Dean em decorrência do desenvolvimento econômico pautado naquele padrão de industrialização do Pós-Guerra. Segundo o próprio Warren Dean,

na medida em que consegui entender que a maneira como o desenvolvimento econômico estava se processando era insustentável por muito tempo, principalmente nos países já industrializados,

---

<sup>57</sup> O principal trabalho de José Augusto Drummond é: DRUMMOND, José Augusto. *A devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

<sup>58</sup> De Regina Horta Duarte, ver: DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

<sup>59</sup> PÁDUA, José Augusto Pádua. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

<sup>60</sup> OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. O “desenvolvimento econômico” e a “degradação ambiental” como temas fundamentais na obra de Warren Dean. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, 2011.



comecei a ficar interessado na problemática histórica dos obstáculos à continuação desse tipo de desenvolvimento industrial<sup>61</sup>.

É com estas preocupações, quanto aos limites do desenvolvimento econômico, que Warren Dean escreve, em 1972, seu primeiro artigo com preocupações ambientais, intitulado *Economic Development and Environmental Deterioration*. A partir deste momento, a seguinte questão irá nortear os trabalhos de Dean: “É possível que o padrão demográfico e de consumo continuem aumentando, sendo os recursos do planeta finitos e a biosfera incapaz de sustentar novas intervenções humanas?”<sup>62</sup>. Para Dean, toda a intervenção do homem sobre a natureza “atenta aos equilíbrios ecológicos”<sup>63</sup>.

Entre os anos de 1975 e 1980, Dean inicia sua preparação para se aprofundar nos estudos de História Ambiental. Ciente da importância dos estudos interdisciplinares, realiza todas as disciplinas de biologia de sua faculdade na Universidade de Nova York e também frequenta os cursos de especialização em botânica do *New York Botanical Garden*. Fruto de suas novas reflexões e desta nova formação adquirida, Dean publica, em 1987, seu *Brazil and the Struggle for Rubber: a study in environmental history*, editado no Brasil em 1989 sob o título de: *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. Neste estudo, Dean privilegia a região amazônica. Tendo em perspectiva que

os pesquisadores da história econômica da Amazônia elegeram como objeto privilegiado de seus estudos os obstáculos ao desenvolvimento da produção de borracha, tanto na perspectiva micro quanto macroeconômica. Tratou-se de dois aspectos principais: os problemas de fornecimento da borracha natural e das questões morais e sociais relativas aos trabalhadores<sup>64</sup>.

O objetivo de Warren Dean era compreender a região amazônica a partir da “compreensão histórica dos regimes agrícolas em geral”<sup>65</sup>. A postura assumida por Dean neste trabalho nos fornece sua noção de História Ambiental: “as mudanças provocadas pelos seres humanos nas relações ecológicas não são inseqüentes, dando a elas um caráter de acontecimento histórico, indissociáveis das mudanças sócio-políticas que se sucedem à intervenção humana na natureza”<sup>66</sup>. Para a explicação da

---

<sup>61</sup> DRUMMOND, José Augusto; GOMES, Ângela de Castro. Warren Dean: um brasilianista. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990, p. 108.

<sup>62</sup> DEAN, Warren, 1972 *apud* OLIVEIRA, João Rafael de, *op. cit.*, p. 6.

<sup>63</sup> OLIVEIRA, João Rafael de, *op. cit.*, p. 7.

<sup>64</sup> OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. *A luta pela borracha no Brasil e a história ecológica de Warren Dean*. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 3, n. 2, 2010, p. 111.

<sup>65</sup> *Idem*, p. 114.

<sup>66</sup> *Idem*, p. 115.

derrocada da *plantation* da borracha na região amazônica, Dean descobriu que o problema estava no fungo *Microcyclus ulei*, que se propagava ainda mais rapidamente se os seringais fossem dispostos lado a lado de modo homogêneo. Para Dean, não admitir o desconhecimento em como disseminar a praga por parte dos plantadores e do governo teria sido o fator do fracasso. E mais: estudando o plantio da seringueira em outros locais, constatou que o mal-das-folhas incidia mais em seringais cultivados em seu ambiente natural. O que podemos concluir deste trabalho é que

a análise investigativa de Warren Dean se aproxima do domínio sócio-econômico, na medida em que este interage com o ambiente (ferramentas de trabalho, modos de produção, relações sociais, instituições, decisões ambientais). O autor explorou os conhecimentos da botânica e da ecologia no estudo das seringueiras, o principal “personagem” [sic] histórico do livro. A força com que a natureza respondeu à intervenção humana é um dado novo revelado em seu trabalho<sup>67</sup>.

Através deste trabalho pioneiro de Warren Dean, fica claro que a constatação de Peter Burke, constante na epígrafe deste artigo, de que a História Econômica seria tragada pela História Ambiental não possui fundamento, uma vez que Dean soube trabalhar magistralmente no segundo nível do modelo de Donald Worster e fundou uma nova maneira de se fazer História Econômica tendo em perspectiva a problemática ambiental.

Outra pista de como unir História Econômica e História Ambiental, encontramos no artigo de Diogo de Carvalho Cabral. No início do artigo, Cabral disserta acerca da História Econômica enquanto campo. Para ele, a História Econômica pode encontrar novo fôlego ao incorporar questões ambientais em sua problemática, principalmente em relação aos inícios das cadeias produtivas. E como intento bem sucedido desta tentativa de união da História Econômica com a História Ambiental, cita a magistral obra, publicada postumamente, de Warren Dean *A Ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*, publicado originalmente em 1995 sob o título de *With Broadax and Firebrand: the destruction of the brazilian Atlantic Forest*, logo traduzido em português no ano seguinte.

Embora *A Ferro e Fogo* [sic] não possa, em absoluto, ser considerada como uma obra de história econômica stricto sensu, seu autor, um antigo e experiente historiador da *plantation* cafeeira e da industrialização brasileira, tece profundas considerações sobre a economia política do processo de antropização da floresta atlântica. Dean desenvolve a idéia de que a taxa de conversão da floresta em

---

<sup>67</sup> Idem, p. 118.

capital (fixo e de giro) foi irrisória ao longo de todo o período de domínio português<sup>68</sup>.

Aqui, ao contrário de seu primeiro trabalho de História Ambiental, Dean articula com maestria os três níveis de análise propostos por Donald Worster. Poderíamos chamá-la até mesmo, neste sentido, de uma “História Ambiental total”, mas queremos aqui destacar que “Warren Dean não deixa de estabelecer vínculos entre a História Ambiental e outras especialidades, em especial com a História Econômica e Social”<sup>69</sup>.

Por fim, a própria História do capitalismo no Brasil pode ser relida, pois “(...) a História Ambiental pode passar em revista a própria história do capitalismo no Brasil, atentando para as formas de uso e exploração da natureza ao longo do tempo e no espaço”<sup>70</sup>. Ou ainda, podemos empreender uma renovação nos estudos dos ciclos econômicos da Economia brasileira: “A melhor agenda para um possível grupo de historiadores ambientais talvez seja *retomar o tema dos ciclos econômicos da história colonial e independente do Brasil, em clave ambiental* [sic]”<sup>71</sup>. Não é pouco que um dos pioneiros da História Ambiental brasileira, veja na História Econômica dos ciclos brasileiros o campo mais fértil para uma agenda de pesquisa em História Ambiental.

Nossa primeira fonte a ser analisada, trata exatamente de um dos ciclos econômicos da História do Brasil: o algodão, especificamente na Província de São Paulo, no período 1861-1875. Trata-se da tese de Alice Piffer Canabrava para a cátedra de História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil, defendida em 1951 na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP e intitulada *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. Grosso modo, o desenvolvimento da cultura do algodão é vinculado, por Alice Canabrava, ao mercado internacional, em decorrência da Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América do Norte, iniciada em Abril de 1861. Sendo os EUA o maior fornecedor de algodão para a Indústria têxtil européia, principalmente para a Inglaterra, vislumbrou-se a oportunidade de se fazer frente a essa escassez de oferta e aproveitar o movimento ascendente dos preços. O declínio da produção de algodão na Província também é vinculado ao término da Guerra de Secessão.

Antes de buscarmos a existência de relações complexas recíprocas entre a formação sócio-econômica e a natureza, que configura exatamente nossa análise “ambiental”, faz-se *mister* elucidarmos alguns aspectos da formação acadêmica de Alice

---

<sup>68</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 24, n. 39, 2008, p. 118.

<sup>69</sup> SOUZA, Luiz Alberto de. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. 484 p. [1ª impressão 1996]. *Aedos*. Porto Alegre, v. 3, n. 8, 2011, p. 268.

<sup>70</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 28.

<sup>71</sup> DRUMMOND, José Augusto, *op. cit.*, p. 195.

Piffer Canabrava, bem como de suas inserções institucionais, pois nossa perspectiva é a de compreender esta tese como uma *operação historiográfica*, ou seja,

(...) como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, (...) a operação histórica se refere à combinação de um *lugar social*, de *práticas “científicas”* e de uma *escrita*<sup>72</sup>.

Alice Piffer Canabrava foi aluna da segunda turma do curso de História e Geografia da recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, fundada em 1934. Sabemos bem da existência de professores franceses nos primórdios desta Faculdade: a famigerada missão francesa<sup>73</sup>. Alice Canabrava teve contato com professores que, posteriormente, seriam figuras eminentes do movimento renovador que daria origem à Escola dos *Annales*. Dentre eles, o famoso autor de *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*, Fernando Braudel. Outro aspecto relevante e que merece ser destacado é que o curso de História da FFCL nasceu integrado ao curso de Geografia, tendo sido separados somente em 1955.

Segundo o próprio depoimento de Alice Canabrava, a Geografia teve papel extremamente relevante em sua formação, a ponto de se deparar com dúvidas quanto à sua futura atuação profissional: “Monbeig e Braudel conquistaram os estudantes intelectualmente. Quando terminei os três anos de curso não tinha idéia [sic] do que queria fazer – ser geógrafa ou historiadora”<sup>74</sup>. Desta forma, tem-se destacado nas três teses escritas por Alice Piffer Canabrava<sup>75</sup>, uma possível influência dos *Annales* e a importância da Geografia. “(...) elemento marcante no plano metodológico é a consideração minuciosa dos fatores geográficos pertinentes a cada situação histórica

---

<sup>72</sup> CERTEAU, Michel De. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66.

<sup>73</sup> Sobre alguns aspectos da presença de professores franceses nos primórdios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim; FERLINI, Vera Lucia Amaral; GLEZER, Raquel. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, pp. 349-358, 1994. MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. *Revista de História*. São Paulo, v. 146, pp. 11-27, 2002. MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na USP*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991 (dissertação de mestrado em Antropologia).

<sup>74</sup> CANABRAVA, 1981 *apud* RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *história econômica & história de empresas*. São Paulo. v. II, n. 2, 1999, p. 15.

<sup>75</sup> As outras duas teses de Alice Piffer Canabrava são: *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, escrito como tese de doutorado (1942) e *A Indústria de Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas (1697-1755)*, tese escrita para a obtenção do título de livre docente em 1946.

estudada”<sup>76</sup>. Um dos elementos considerados por alguns analistas de sua obra para estabelecer um vínculo entre Alice Canabrava e os *Annales*, é exatamente o uso da Geografia. “O vínculo estreito entre a História e a Geografia aponta para uma outra influência dos *Annales*, que considerava impossível pensar a História separada da Geografia”<sup>77</sup>.

Vimos que uma das principais fontes de diálogo e sinergia da História Ambiental é exatamente com a Geografia. Portanto, não podemos deixar de analisar este aspecto desta tese de Alice Canabrava. Para o quadro geográfico, principalmente em relação a aspectos vinculados à topografia da Província de São Paulo, Alice Canabrava parte de duas análises de dois importantes geógrafos franceses que foram seus professores na FFCL da USP: Pierre Defontaines<sup>78</sup> e Pierre Monbeig<sup>79</sup>. Neste aspecto, ao tratar da região de Sorocaba, onde o cultivo do algodão alcançou maior sucesso na Província, Alice Canabrava afirma:

Os municípios que se estendem ao sudoeste de Campinas (...) situam-se na depressão paleozoica [sic], essa larga faixa de terras, em grande parte argilo-arenosas que se estende de Mococa e Casa Branca ao norte até São Pedro de Itararé e São João Batista do Rio Verde ao Sul, nas proximidades da Província do Paraná. A região, pouco acidentada, com altitudes que regulam de 600 a 700 m, possui solos em geral pobres, cobertos de campos naturais, interrompidos, de vez em quando, na época, por matas altas, cerrados e capoeiras<sup>80</sup>.

Além da descrição topográfica, percebemos também que Alice Canabrava descreve as características da vegetação da região, bem como faz considerações quanto ao estado do solo. Quanto a este último, Alice Canabrava nos traz um quadro de suas formas de tratamento, quando dedica um capítulo de sua tese ao *O Cultivo do Algodoeiro*. “De modo geral, podemos caracterizá-lo, primeiramente, pelo emprego de foice e da enxada e pela prática da queimada”<sup>81</sup>. Interessante pontuar que alguns relatos da época, já apontavam para a destruição causada pelo emprego de métodos de cultivo arcaicos do solo, como exposto por Alice Canabrava em uma de suas fontes relativa a ofício da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes em 1864 ao Presidente da

---

<sup>76</sup> MELLO, Zélia Maria Cardoso de; NOZOE, Nelson Hideiki; SAES, Flávio Azevedo Marques de. Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica (as teses universitárias de Alice Piffer Canabrava). *Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 15, n. especial, 1985, p. 177.

<sup>77</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa, *op. cit.*, p. 15.

<sup>78</sup> DEFONTAINES, Pierre. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo. Primeiro esboço de divisão regional. *Geografia*, São Paulo, n. 2, 1935, pp. 117-169.

<sup>79</sup> MONBEIG, Pierre. A divisão regional do Estado de São Paulo. *Anais da Associação dos Geógrafos brasileiros*, São Paulo, Serviço Geográfico IBGE, v. 1, 1949, pp. 19-36.

<sup>80</sup> CANABRAVA, Alice Piffer Canabrava. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. São Paulo: EDUSP/ANPUH, 2ª edição, 2011, p. 127.

<sup>81</sup> CANABRAVA, Alice Piffer, *op. cit.*, p. 198.

Província: “O fogo é o agente poderoso que entra no seu systema [sic] e elle [sic] vem completar a obra de destruição encetada pelo machado e fouce [sic]”<sup>82</sup>. Outro relato de época aponta para a perda de nutrientes do solo por conta das queimadas: “ocorre porem [sic] que tendo perdido grande somma [sic] de húmus [sic] por causa do emprego do ferro e do fogo (...)”<sup>83</sup>. Ainda sobre a qualidade dos solos, a partir dos relatos de época, provenientes principalmente das Câmaras Municipais, Alice Canabrava afirma que os tipos de solos preferidos ao plantio do algodão, eram os solos já cansados, bem como as terras arenosas.

As experiências feitas em terras virgens, de derrubada, nos primeiros anos, haviam ensinado aos lavradores que, ao grande viço que apresentava o algodoeiro aí plantado, não correspondia à colheita, que se apresentava depois muito pobre. (...) Preferiam-se as capoeiras ou terras cansadas, de excelente qualidade, e as terras arenosas, brancas (...)”<sup>84</sup>.

Outros tipos de solo também eram recomendados e outros deveriam ser evitados, segundo as experiências de Carlos Ilidro da Silva, empreendedor da região de Sorocaba e que com capitais próprios empreendeu várias experiências acerca do cultivo do algodoeiro:

(...) recomendava as terras siliciosas, vermelhas e negras, sem excluir o barro, à luz da experiência dos agricultores norte-americanos, com preferência às terras cultivadas muitas vezes. Prevenia-se também contra o plantio nas terras roxas, onde o algodoeiro somente produzia bem nos primeiros dois anos”<sup>85</sup>.

O excerto acima também faz menção à experiência agrícola de colonos estadunidenses que se estabeleceram principalmente em Santa Bárbara do Oeste. Alice Canabrava também faz menção ao grande sucesso da transplantação dos métodos de cultivo dos imigrantes estadunidenses para a Província de São Paulo.

Alice Canabrava ainda menciona as principais pragas que atingiam o algodão, bem como as principais formas de combatê-las. O primeiro relato é em relação à lagarta curuquerê entre 1865 e 1866 nas roças de Mogi-Mirim. “Conjuntamente com o curuquerê assinala-se, em 1866, a existência da antracnose, doença do algodoeiro conhecida vulgarmente sob o nome de carimã”<sup>86</sup>. Outra ameaça eram as formigas saúva e quemquém. Para combater as lagartas recomendava-se que se semeasse linhaça entre

---

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Idem, p. 199.

<sup>84</sup> Idem, p. 206.

<sup>85</sup> Idem, p. 207.

<sup>86</sup> Idem, p. 211.

os algodoeiros e até mesmo que se esmagassem as lagartas após o sacudimento do algodoeiro. Quanto ao carimã a recomendação era para que se cortasse a haste do algodoeiro para que o sol penetrasse, pois se acreditava que seu calor pudesse extirpar as mais variadas pragas.

Aspectos climáticos, tão caros aos geógrafos e, como vimos, a um grupo dos *Annales*, também são abordados por Alice Canabrava. Quanto a mais próspera região produtora de algodão, ou seja, a já supracitada região de Sorocaba, Canabrava menciona alguns de seus aspectos climáticos e pluviométricos: “Caracterizada em geral pelo clima quente, a região apresenta em media [sic], temperatura de verão acima de 22° C e a de inverno inferior a 18° C. A pluviosidade do mês mais seco, tão importante para a produção do algodoeiro, é inferior a 30 mm em Sorocaba (...)”<sup>87</sup>. Em nota de roda-pé, Canabrava traz ainda as médias da temperatura de verão da região, bem como a pluviosidade do mês mais seco, ou seja, Julho, e o regime climático ideal para o cultivo do algodão herbáceo. Podemos encontrar também um subsídio para o pensamento ambiental do período: “A plantação devia ser feita em leiras, utilizar-se o arado e além do mais, conservar as matas, pois as secas e mudanças de clima eram prejudiciais à agricultura”. Claro que a preocupação primária era com a produtividade da agricultura, mas havia a consciência de que a não conservação das matas poderia acarretar mudanças climáticas.

No que tange às espécies de algodão cultivadas na Província, Canabrava somente cita as que eram cultivadas e os tipos de semente: “A denominação herbáceo, que se vulgarizou no período estudado, e até hoje se mantém, designava todas as variedades importadas dos Estados Unidos”<sup>88</sup>. O algodão herbáceo foi o predominante na Província, em suas variedades Nova Orleans, Sea Island e Upland. O único algodão conhecido na Província até então, era o algodão arbusto, variedade do algodão arbóreo.

Claro que Alice Canabrava poderia ter explicitado/explicado o que são estas variedades de algodão, bem como o que marca suas diferenças, bem como poderia ter dado maior atenção ao problema da escravidão na Província de São Paulo. Mas se tivémos ciência de que a escrita desta tese se iniciou em 1946, ano da fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP, e que se trata eminentemente de um estudo de História Econômica, o fato de encontrarmos tantas referências às condições de solo, clima, chuvas, técnicas de cultivo, sem dúvida constitui-se em um avanço para a História Econômica do período, pois em vários momentos Alice Canabrava não se detém apenas nas considerações acerca dos movimentos de preço do algodão no mercado internacional, as dificuldades infra-estruturais de transporte, ou a carência de financiamento aos produtores, temáticas clássicas em qualquer estudo de História Econômica, mas sim vê no mau uso do solo, no desconhecimento de técnicas de cultivo e na não atenção ao regime de chuvas, elementos

---

<sup>87</sup> Idem, p. 127.

<sup>88</sup> Idem, p. 90.

constrangedores da produtividade do algodoeiro e, conseqüentemente, dos rendimentos auferidos. Por isso vemos a constatação de Jobson Arruda como extremamente crítica e descontextualizada, uma vez que não poderia requerer de Alice Canabrava uma cultura historiográfica que a mesma não poderia ter acessado à época: “A Geografia surge aí mais como pano de fundo, conjunto de elementos a favorecer ou constranger as atividades econômicas, mas nunca como interação complexa homem/natureza”<sup>89</sup>. Jobson Arruda não poderia requerer que Alice Canabrava colocasse o algodão como figura central em seu texto, assim como o fizera Fernando Braudel em relação ao Mediterrâneo, posto que quando da publicação da tese de Braudel em 1949, Alice Canabrava já se encontrava com sua tese em estágio avançado, bem como a natureza de suas fontes não o permitiria.

A tese de José Roberto do Amaral Lapa, intitulada *A Bahia e a Carreira da Índia*, foi defendida em 1966 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, sob a orientação de Sérgio Buarque de Holanda. Guarda a peculiaridade de ser a primeira tese de História Econômica produzida no interior do Estado de São Paulo. Sua tese inaugura uma nova temática dentro dos estudos de História Econômica. Até meados dos anos 60 do século passado, observávamos o predomínio da temática relacionada às relações metrópole-colônia, inaugurada principalmente com os trabalhos de Caio Prado Junior. Segundo José Jobson de Andrade Arruda,

El desarrollo de esta temática agudizó el interes por las relaciones comerciales dentro del império português, la cuantificación del lucro del monopolio, la diversidad de la economía colonial al final del siglo XVIII, la relación entre el aflujo de oro y la balanza comercial entre Portugal e Inglaterra, la itensificación del comercio inter-colonial, especialmente de la Carrera de las Indias<sup>90</sup>.

Dentre as obras que abordam estas temáticas, Jobson Arruda faz referência a algumas em especial: *O Brasil no Comércio Colonial* (tese de doutoramento de 1972, publicada na forma de livro em 1980) de sua própria autoria; *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português* de Virgílio Noya Pinto (1979); *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro* de Ribeiro Júnior; publicada em 1976; *A Bahia e a Carreira da Índia* de José Roberto do Amaral Lapa (publicada em 1968 na forma de livro, fruto de sua tese de doutoramento defendida em 1966) e *A Época Pombalina* de Francisco Calazans Falcon (publicada em 1982).

A tese de José Roberto do Amaral Lapa inaugura este período da produção em História Econômica preocupada não somente com as relações entre a metrópole e a colônia, mas também com as relações inter coloniais. Com respeito à temática ino-

<sup>89</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. Alice Canabrava: História e Mito. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, Anpuh, 2011, p. 53.

<sup>90</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. La historia de la Historia en Brasil. *Investigaciones Históricas*. Valladolid, v. 18, 1998, p. 374.



vadora e ao método utilizado, Maria Alice Rosa Ribeiro, em artigo publicado em homenagem à Amaral Lapa – ou como era conhecido entre seus alunos, prof. Lapa – por conta de sua morte no ano 2000, afirma

Para elaborar sua tese, fez pesquisas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Público Estadual da Bahia. Nela procurou identificar as relações entre o porto da Bahia e o comércio de Portugal com o Oriente, através da grande rota marítima estabelecida pelos portugueses nos oceanos Atlântico e Índico, ligando Lisboa a Goa. Estas pesquisas tiveram prosseguimento em Portugal e na Espanha<sup>91</sup>.

Podemos notar pela análise de Maria Alice Rosa Ribeiro, que a tese de Amaral Lapa não se contentou em buscar as relações entre o porto da Bahia e o porto de Lisboa, ou as relações econômicas do porto de Salvador com o porto de Portugal, mas sim, sua análise toma um caráter ultramarino ao relacionar o porto da Bahia com o comércio de Portugal no Oriente. Ademais, suas pesquisas se fundamentaram em importante coleta e análise de fontes primárias provenientes dos arquivos de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Assim como Alice Piffer Canabrava, Amaral Lapa também se formou em História e Geografia. Não na USP, mas sim na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Campinas em 1952. Acreditamos que sua formação, bem como a orientação de Sérgio Buarque de Holanda tenham sido fundamentais para que sua tese não fosse estritamente de História Econômica, posto que Amaral Lapa não se prende apenas aos aspectos da produção, circulação e consumo nas relações entre o porto da Bahia e a chamada Carreira da Índia.

O recorte espacial de Amaral Lapa é mais amplo que o de Alice Canabrava, pois, apesar de seu foco ser as relações no porto de Salvador na Bahia, seu estudo está inserido na grande História do Atlântico, onde esta conformação geográfica, sim, podemos dizer, adquire o status de personagem histórico central, destarte o fato de Amaral Lapa não empreender uma grande descrição da topografia, do clima e de outros aspectos naturais. Ao historiador ambiental podem interessar principalmente os aspectos em que Amaral Lapa se centra no estaleiro de Salvador, principalmente na construção e reforma das naus. Desta forma, as relações em torno da madeira extraída da floresta são bastante importantes.

Podemos depreender algo em relação ao trato da madeira, quando da necessidade de desmanche das naus. Geralmente, o procedimento era o de se extrair o que havia de metais que poderiam ser aproveitados e depois se proceder à queima da madeira. Mas no relato de José Roberto do Amaral Lapa acerca da nau *Nossa Senhora da Lampadosa*, de procedência indiana e que aportou no Rio de Janeiro em 1757, “encon-

---

<sup>91</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000). *história econômica & história de empresas*. São Paulo. v. III, n. 1, 2000, p. 161.

tramos esclarecedor documento que, a respeito dos mastros e vêrgas, desde que ainda aproveitáveis, mencionava o meio de resguardá-los do gusano, mediante o enterramento daquelas peças na areia ou tijuco, em profundidade suficiente à sua preservação daquele verme (...)”<sup>92</sup>. Vimos que Alice Canabrava mencionou algumas pragas que impingiam o algodoeiro, porém não aprofunda na explicação das mesmas. Amaral Lapa, ao contrário, está preocupado em esclarecer cada detalhe que possa escapar ao conhecimento do leitor, e, por isso, em nota de roda-pé, faz questão de explicitar que o gusano é um tipo de verme que se desenvolve onde há matéria orgânica se decompondo, bem como as formas de ser combatido.

Quanto à extração madeireira para produção naval, Amaral Lapa sugere a existência de um ciclo econômico da madeira de duração secular, mas a historiografia econômica parece não ter dado muita atenção a este aspecto, obviamente até o surgimento dos estudos de Warren Dean, principalmente seu *A Ferro e Fogo*. Aliás, seria de grande valia aqui se pudéssemos empreender um estudo comparativo entre esta obra de Warren Dean e alguns aspectos da tese de José Roberto do Amaral Lapa, no que tange a seu tratamento analítico dispensado à extração da madeira – posto que se trata de porção de floresta atlântica tratada por Dean – que nos parece seguir a seguinte tendência: “No Brasil, existem trabalhos de história econômica e de história das técnicas que abordam as florestas na primeira perspectiva citada por Dean: fazem uma história econômica da madeira, do seu uso, exploração, desperdício e implicações no desenvolvimento econômico”<sup>93</sup>.

Mesmo as relações entre economia e natureza não serem o mote de análise de Amaral Lapa, podemos encontrar uma “mentalidade”, ou talvez consciência, de devastação e expropriação dos recursos florestais brasileiros já desde o período colonial.

De fácil acesso pela orla litorânea, ensejaram as matas brasileiras, desde os primórdios da colonização, um intenso escambar, praticado em condições primitivas, dentro e fora da lei, num [sic] caráter predatório, em relação às reservas naturais que resultaria quase só em prejuízos para a Colônia<sup>94</sup>.

Houve até mesmo a instauração de legislação para disciplinar a extração de madeira da floresta, talvez não por preocupação quanto à preservação, mas sim como um indicativo da exploração sem critérios:

---

<sup>92</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. Edição fac-similada. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 2000, p. 19.

<sup>93</sup> CARVALHO, Ely Bergo de. Os historiadores e as florestas: dez anos depois de *A Ferro e Fogo*. *Esboços*, Florianópolis, v. 12, n. 13, 2005, p. 109.

<sup>94</sup> LAPA, José Roberto do Amaral, *op. cit.*, pp. 25-26.

A realidade é que a extração da madeira assumindo proporções tais no que toca principalmente à devastação das matas, que não demorou muito para colidir com outras formas de atividades econômicas, ferindo interesses [sic] que lhe eram estranhos e requerendo da autoridade uma ação interventora tendente a proteger as reservas naturais, dirimir os conflitos, racionalizar a exploração e evitar os descaminhos<sup>95</sup>.

Não temos dimensão aqui da natureza destes conflitos desencadeados pela exploração da floresta, mas aqui surge mais um indicativo de que a exploração da madeira também trazia consigo, além de questões ambientais, também sérias questões de mote social. Encontramos também subsídios para remontarmos à exploração da floresta atlântica ainda no século XVI: “No século XVII se denunciava a indiscriminada destruição das matas, como sendo fenômeno já mais do que secular, pois em meados do de Quinhentos se teria iniciado a ação predatória sobre as florestas”<sup>96</sup>.

A base documental utilizada por Amaral Lapa é extremamente vultosa. Claro que esta tese não possui a envergadura quanto ao tratamento do meio ambiente que vemos em Sérgio Buarque de Holanda ou Gilberto Freyre. Porém pela análise da ampla bibliografia utilizada por José Roberto do Amaral Lapa, vemos que seu estudo transcende as estreitas preocupações de uma História Econômica focada apenas nos aspectos econômicos relativos à produção, circulação/distribuição e consumo, pois temos a presença de diversos autores, principalmente Sérgio Buarque, Gilberto Freyre, Fernand Braudel com seu *Mediterrâneo*, Pierre Chaunu, Celso Furtado, Frédéric Mauro, Caio Prado Júnior, José Honório Rodrigues, Roberto Simonsen, a própria Alice Canabrava com seu estudo sobre o comércio português no estuário do Rio da Prata etc. Ademais, diversas fontes como cartas náuticas, diários de bordo, o que exige o domínio da complexa linguagem das ciências náuticas.

Talvez se acessarmos as mesmas fontes utilizadas por Alice Piffer Canabrava e José Roberto do Amaral Lapa para a escrita de suas teses, porém, com um olhar caro ao historiador ambiental, poderíamos derivar daí relações muito mais complexas com a natureza do que atingiram nossos autores, posto que “No caso brasileiro, as fontes e documentação para uma História Ambiental podem ser, inicialmente, aquelas já utilizadas e conhecidas pela historiografia, examinadas, agora, sob novas lentes do historiador”<sup>97</sup>.

Infelizmente, no que tange à tese de doutoramento de José Jobson de Andrade Arruda, intitulada *O Brasil no Comércio Colonial (1796-1808)*, defendida em 1972 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, não há nenhuma indicação de algum tipo de relação entre qualquer estrutura, seja ela econômica, política ou social e a natureza. A tese de Jobson Arruda poderia ser toma-

<sup>95</sup> Idem, p. 31.

<sup>96</sup> Idem, p. 33.

<sup>97</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique, *op. cit.*, 2006, p. 28.

da como fruto do furor causado pela História Quantitativa que chega a seu auge nos anos 70 do século passado, tendo por marco o *Colloque International du CNRS sur L'Histoire Quantitative du Brasil, 1800-1930* promovido pelo *Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine* entre 11 e 14 de Outubro de 1971.

As fontes privilegiadas por Jobson Arruda, ou seja, as balanças de comércio de Portugal e seus domínios, produzidas ininterruptamente desde 1796, explicitam muito das motivações do autor, desembocando no subtítulo de seu trabalho: “contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial”.

A especificidade do trabalho está na tentativa de mensuração da lucratividade comercial metropolitana em relação à colônia, inserção e posicionamento relativo e absoluto da colônia no quadro do comércio mundial, relacionamento entre expansão comercial e crescimento econômico global e regional<sup>98</sup>.

Os intentos de Jobson Arruda ficam bem claros: é produzir uma História dos Preços utilizando-se dos métodos da História Serial *a la* Ernest Labrousse.

Neste sentido, o estudo de Jobson Arruda é uma formalização da tese de Fernando Novais, que

(...) foi corroborada, de maneira mais formal e quantitativa, por uma série de estudos realizados por José Jobson de Andrade Arruda e por outros pesquisadores que adotaram o paradigma preconizado por Novais e o reforçaram com uma base de dados sólida ou por uma análise econômica mais formal<sup>99</sup>.

Grosso modo, diz o que Fernando Novais disse, mas em linguagem matemática. Portanto, o estudo de Jobson Arruda representa o tipo de História Serial que foi alvo de fortes críticas nos anos 80 do século passado, pois como afirma Carlo Ginzburg, trata-se de um tipo de História “desprovida de carne e sangue”.

### **Algumas reflexões finais**

Ao longo do artigo explicitamos as principais origens da História Ambiental nos EUA e Europa, bem como alguns trabalhos de autores brasileiros preocupados com questões que seriam caras à História Ambiental surgida após os anos 70 do século passado – ou seja, da chamada moderna História Ambiental – e que já apare-

---

<sup>98</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial: contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial*. São Paulo: USP, 1972. (Tese de doutoramento), p. 33.

<sup>99</sup> SCHWARTZ, Stuart B. A Historiografia dos Primeiros Tempos do Brasil Moderno. Tendências e Desafios das duas últimas Décadas. *História: Questões & Debates*. Curitiba. n. 50, 2009, p. 210.

ciam em seus escritos; discorreremos acerca do que é História Ambiental segundo a compreensão de vários autores; percorremos as principais temáticas caras à Historiografia Ambiental estadunidense, bem como aquelas que foram pouco abordadas e que mereceriam maior atenção; e ainda, temáticas surgidas à partir da leitura dos textos e artigos percorridos.

Intentamos ler três teses universitárias de História Econômica a partir das preocupações, métodos e enfoques da moderna História Ambiental. O resultado foi animador para duas delas: as teses de Alice Piffer Canabrava e José Roberto do Amaral Lapa. A primeira demonstrou apresentar grande diálogo com a Geografia, principalmente em aspectos que tangem ao clima, regimes pluviométricos e topografia. Mais importante ainda: demonstrou como condições de plantio que se relacionam com o clima e o solo podem interferir na produtividade e conseqüente rentabilidade do algodoeiro.

A segunda trouxe interessantes constatações acerca do fato de que já no século XVI lamentava-se acerca da intensa exploração da mata atlântica brasileira. Constatamos como seria interessante empreendermos um cotejamento desta tese com a grande obra de Warren Dean *A Ferro e Fogo*. Talvez se as fontes analisadas por José Roberto do Amaral Lapa fossem revistas a partir do olhar do historiador ambiental, outras questões poderiam vir à tona, como, por exemplo, a partir da releitura dos diários de bordo que Amaral Lapa teve acesso; certamente devem haver impressões quanto ao comportamento das marés ou até mesmo do clima durante as incursões de diversas naus.

O mesmo não podemos dizer acerca da tese de José Jobson de Andrade Aruda. Talvez para o historiador preocupado em historicizar a apropriação da matemática pela História, ou as várias maneiras de se corroborar uma mesma tese e/ou paradigma, fosse interessante ter este estudo em perspectiva. Contudo, infelizmente, ao historiador ambiental revela pouca ou nenhuma valia.

Porém, o exemplo mais profícuo de incorporação de questões caras à moderna História Ambiental em estudos de História Econômica, é o do brasilianista Warren Dean. Dean soube como nenhum outro avançar em seus estudos de História Econômica e incorporar as principais questões caras à moderna História Ambiental, levando tal empreita às “últimas conseqüências”: sua abordagem “ambiental” dos problemas econômicas torna-se, na realidade, uma verdadeira História Ambiental que tem em consideração questões atinentes à História Econômica. O ápice desta abordagem temos em seu magistral estudo *A Ferro e Fogo*.

Poderíamos ter tratado de outras questões bastante relevantes para as discussões em História Ambiental, tais como: a noção de tempo geológico e as relações com as Ciências Naturais. Ademais, fazendo frente às questões apontadas no início deste artigo, para que um estudo de História possa ser considerado de História Ambiental, deve trazer consigo a preocupação de explicitar e analisar as mudanças na sociedade e na natureza provenientes das recíprocas relações entre as sociedades humanas e o meio físico/natural. Quanto aos demais aspectos, deve apresentar as características

atinentes ao ofício de historiador: cuidado com o manejo das fontes, recorte espacial e temporal etc.

No que tange a seu uso e utilidade, a História Ambiental serve para nos lembrar de que não somos capazes de mensurar a magnitude das conseqüências de nossa intervenção no mundo natural. Disso decorre que, já que não podemos nos apartar da natureza enquanto quisermos continuar nos reproduzindo no espaço e no tempo, devemos ter consciência da fragilidade destas relações recíprocas. Para concluirmos, como bem pontua William Cronon em artigo proveniente de profícua experiência didática – onde ficou embasbacado quando seus alunos se manifestaram deprimidos com a devastação do meio ambiente estadunidense e pouco esperançosos quanto ao futuro – quando discorre sobre as lições derivadas de seus estudos em História Ambiental e porque ainda tem uma postura esperançadora, a História Ambiental para ele tem a grande virtude de

remind people of the immense human Power to alter and find meaning in the natural world – and the even more immense power of nature to respond. At the same time, they remind us that whatever we do in nature, we can never know in advance all the consequences of our actions. This need not necessarily point toward despair or cynicism, but rather toward a healthy respect for the complexity and unpredictability of history, wich is much akin to the complexity and unpredictability of nature itself. The proper lesson of such complexity, I believe, should be to teach us humility<sup>100</sup>.

*Artigo recebido em 08 de fevereiro de 2012.*

*Aprovado em 19 de novembro de 2012.*

---

<sup>100</sup> CRONON, William, *op. cit.*, pp. 18-19.